



MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 -Bairro Caminho das Árvores, Salvador,
Bahia, CEP 41.820-770

CNPJ: 38.593.706/0001-87

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes;

As demonstrações serão divulgadas em 29/03/2025 no site:

www.multicredscd.com.br

A Diretoria da Multicred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

PAULO FERNANDO
DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA REGIS:32975120591
Dados: 2025.03.31 19:22:46
-03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA REGIS, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2025

PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA REGIS:32975120591
Dados: 2025.03.31 19:23:30
-03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (MULTICRED SCD)**, em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

A **MULTICRED SCD** é uma sociedade de capital fechado com sede em Salvador (BA), foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 07 de julho de 2020, constituída juridicamente junto a JUCEB em 18/09/2020 e possui, como objeto social, a prática de operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas inerentes as Sociedades de Crédito Direto, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A **MULTICRED SCD** encerrou o exercício de 2024 operando seu portfólio para oferecer seus produtos e serviços aos clientes, com o objetivo de gerar maior relacionamento e interatividade com a marca **MULTICRED SCD**. No ano de 2024 foram realizadas 8225 operações de crédito no montante de R\$ 24.458.150,40 com um resultado positivo de R\$ 837 mil, obtido através de operações com pessoas físicas e jurídicas. O índice de inadimplência foi muito baixo perfazendo 0,9% do valor contratado, estando as operações vencidas em fase de cobrança administrativa.

No segundo semestre de 2024 foram realizadas 7206 operações de crédito no montante de R\$ 21.302.112,67, em função da estratégia de cessão de carteiras, o que proporcionou um incremento relevante nos resultados, refletindo a eficiência e a capacidade da instituição em realizar operações estratégicas e rentáveis.

PERSPECTIVAS

O ano de 2025 se iniciou com a perspectiva de continuidade da retomada econômica no Brasil, cujos primeiros sinais foram observados no ano que passou. Neste contexto, a **MULTICRED SCD** acredita que novas oportunidades de crescimento e fortalecimento do modelo de negócios continuarão apresentando um cenário positivo no decorrer deste ano. A FEBRABAN, revisou recentemente a expectativa de alta de crescimento da carteira de crédito na ordem de 8,5% com melhoria dos índices de inadimplência. Referido cenário positivo realça as condições de melhoria para o aumento da nossa carteira de crédito.

Para 2025, a instituição está aguardando finalizar o processo de formalização do convênio para registro de operações junto ao INSS, iniciado em 2024, além da expectativa pela expansão de suas atividades com



o recém lançamento pelo Governo Federal de programa de operações de consignado privado com garantia do FGTS, visando diversificar ainda mais suas fontes de receita e fortalecer sua posição no mercado financeiro.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Demonstrações contábeis

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da MULTICRED SCD, para o semestre findo em 31 de Dezembro de 2024 autorizando sua emissão em 31 de Março de 2025.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos acionistas, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução da sociedade e permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

A Diretoria.

MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

BALANÇO PATRIMONIAL								
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado								
ATIVO				PASSIVO				
	Notas	31/12/2024	31/12/2023		Notas	31/12/2024	31/12/2023	
CIRCULANTE		6.753	7.691	CIRCULANTE		219	177	
Disponibilidades		6166	567	Outras obrigações	7	219	177	
				Cobrança e arrec. de tributos		46	0	
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	2	2	Fiscais e previdenciárias		91	144	
Carteira Própria		2	2	Diversas		82	33	
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	8.414	7.577	
Operações de crédito	5	576	7.120	Capital Social		7.218	7.218	
Operações de crédito		651	7.163	Capital		7.218	7.218	
(-)Provisão p Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-75	-43	Aumento de Capital		0	0	
				Lucros/Prejuízos acumulados		0	0	
Outros créditos		9	2	Reservas de Lucros		1.196	359	
Diversos		9	2					
NÃO CIRCULANTE		1.880	63					
Operações de crédito	5	1.835	0					
Operações de crédito		1.965	0					
(-)Provisão p Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-130	0					
Imobilizado	6	35	56					
Outras Imobilizações de Uso		108	108					
(-) Depreciações Acumuladas		-73	-52					
Intangível	6	10	7					
Outras Ativos Intangíveis		13	8					
(-) Amortizações Acumuladas		-3	-1					
TOTAL DO ATIVO		8.633	7.754	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		8.633	7.754	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO				
<i>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>				
	Notas	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.577</u>	<u>2.890</u>	<u>2.701</u>
Operações de crédito	10	1.577	2.890	2.656
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	11	0	0	45
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>-34</u>	<u>-170</u>	<u>-16</u>
Provisão p/ Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-34	-170	-16
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>1.543</u>	<u>2.720</u>	<u>2.685</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-935</u>	<u>-1.716</u>	<u>-1.666</u>
Despesas de pessoal	12	-237	-440	-308
Outras despesas administrativas	13	-625	-1.142	-974
Despesas tributárias	14	-73	-134	-125
Outras despesas operacionais		0	0	-259
RESULTADO OPERACIONAL		<u>608</u>	<u>1.004</u>	<u>1.019</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>608</u>	<u>1.004</u>	<u>1.019</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9	<u>-53</u>	<u>-167</u>	<u>-221</u>
Provisão para imposto de renda		-36	-116	-156
Provisão para contribuição social		-17	-51	-65
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>555</u>	<u>837</u>	<u>798</u>
Lucro por ação		0,0769	0,1160	0,1106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	555	837	798
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0	0
Apuração de Resultado	0	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	555	837	798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2022	5818	0	0	0	0	(439)	5379
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	1400	0	0	0	0	0	1400
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	798	798
4 - Destinações:							
- Reserva Legal	0	18	0	0	0	(18)	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0	0
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	0	0	85	0	0	(85)	0
- Reservas Especiais de Lucro	0	0	256	0	0	(256)	0
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro 2023	7218	18	341	0	0	0	7577
Mutações do Exercício	1400	18	341	0	0	439	2198
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2023	7218	18	341	0	0	0	7577
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	0
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	837	837
4 - Destinações:							
- Reserva Legal	0	33	0	0	0	(33)	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0	0
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	0	336	0	0	0	(336)	0
- Reservas Especiais de Lucro	0	0	468	0	0	(468)	0
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro 2024	7218	387	809	0	0	0	8414
Mutações do Exercício	0	369	468	0	0	0	837
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 30 de junho 2024	7.218	18	341	0	0	282	7.859
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	0
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	555	555
4 - Destinações:							
- Reserva Legal	0	33	0	0	0	(33)	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0	0
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	0	336	0	0	0	(336)	0
- Reservas Especiais de Lucro	0	0	468	0	0	(468)	0
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro 2024	7.218	387	809	0	0	0	8.414
Mutações do Exercício	0	369	468	0	0	-282	555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais			
1.1. Lucro/Prejuízo do período	555	837	388
1.2. Ajustes por Depreciação	11	23	15
1.3. Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31	162	24
2. Variação de Ativos e Obrigações	4.111	4.582	-2.129
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	0	0	823
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	4.086	4.547	-3.020
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-9	-7	4
2.4 Outros valores e bens	0	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	37	-7	64
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	-3	49	0
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	4.708	5.604	-1.702
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	-5	-4
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	-5	-4
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	0	1.818
5.1 Aumento de Capital	0	0	1.818
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	4.708	5.599	112
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	1.458	567	18
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	6.166	6.166	130
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM DEZEMBRO DE 2024 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A, sociedade anônima de capital fechado, instituição individual, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 07 de julho de 2020, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018, iniciou suas atividades operacionais em 15 de junho de 2021. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a serem permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do Estado da Bahia ocorreu no dia 18/09/2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 01 de março de 2024, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

A MULTICRED SCD iniciou suas atividades em 04 de janeiro de 2021, realizando operações com pessoas físicas nas modalidades de débito em conta e crédito consignado. Referidas operações foram devidamente classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo



“AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda deverão ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução

nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias serão reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Esta provisão será constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias.

As provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (nota explicativa nº 7).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro

ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo composição dos títulos e valores mobiliários;

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Carteira Própria	2	2
Certificados de Depósitos Bancários	2	2

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	651	1.965	2.616	7.163	-	7.163
Títulos Descontados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
	651	1.965	2.616	7.163	-	7.163
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75	130	205	43	-	43
	576	1.835	2.411	7.120	-	7.120

Constituição para provisão para perdas esperadas associadas por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	2.408	12	7.155	36
B	1,00%	4	-	-	-
C	3,00%	3	-	-	-
D	10,00%	1	-	-	-
E	30,00%	11	3	-	-
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	-	-	2	1
H	100,00%	189	189	6	6
		2.616	204	7.163	43

6. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

O ativo permanente da instituição no valor de 121 mil é composto por Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Instalações com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a. e taxa de amortização de 20% a.a. para os intangíveis adquiridos. Os valores são compostos conforme os quadros abaixo:

	<u>Tx.</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imobilizado		35	56
Mobiliário	10%	6	6
Equip. de Processamento de Dados	20%	90	90
Equipamentos de Comunicação	10%	9	9
Outros Equipamentos	10%	3	3
(-) Depreciação Acumulada		-73	-52
		10	7
Intangível		10	7
Sistema de Processamento de Dados (adquiridos)		13	8
(-) Amortização		-3	-1

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outras obrigações	219	177
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	46	-
Sociais e estatutárias	-	-
Fiscais e previdenciárias	91	144
Credores Diversos País	82	33

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Expresso em Reais

Capital Social

O capital social no final do exercício era de R\$ 7.218.180,00 (sete milhões, duzentos e dezoito mil com cento e oitenta reais), dividido em 7.218.180 (sete milhões, duzentos e dezoito mil com cento e oitenta) de Ações Ordinárias, todas nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Reservas de Lucros

A empresa possui R\$ 1.195.891,53 de Reservas de Lucros, sendo R\$ 50.811,84 de Reserva Legal, R\$ 241.356,25 de Dividendos, R\$ 179.654,73 de Juros ao Capital Próprio e R\$ 724.068,71 de Outras Reservas.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Expresso em Reais

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Contas de Resultado Credoras	2.920.445,94	2.702.232,23
Contas de Resultado Devedoras	(1.916.894,94)	(1.684.115,30)
Lucro/prejuízo antes dos Ajustes	1.003.551,00	1.018.116,93
(+) Adições	200.198,44	16.645,42
(-) Exclusões	(401.359,07)	(9.303,08)
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	802.390,38	1.025.459,27
(-) Compensação Prejuízos Exer. Anteriores	(240.717,11)	(307.637,78)
Lucro/prejuízo Tributário Real	561.673,26	717.821,49

Imposto de Renda - (15% + 10% adicional)	116.418,32	155.455,37
Contribuição Social - 9%	50.550,59	64.603,93

10. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição de operações de crédito:

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2023</u>
Receitas de Operações de Crédito	<u>1.577</u>	<u>2.890</u>	<u>2.656</u>
Rendas de Empréstimos	1.577	2.890	2.656

11. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Abaixo a composição das receitas com operações títulos e valores mobiliários:

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2023</u>
Receita com Operações Títulos e Valores Mobiliários	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>45</u>
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos	0	0	10
Rendas de Títulos de Renda Fixa	0	0	35

12. DESPESA DE PESSOAL

Abaixo a composição das despesas de pessoal:

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2023</u>
Despesas de Pessoal	<u>237</u>	<u>440</u>	<u>308</u>
Benefícios	31	56	24
Encargos Sociais	54	101	90
Proventos	152	283	194

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das outras despesas administrativas:

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2023</u>
Despesas Administrativas	<u>625</u>	<u>1.142</u>	<u>974</u>
Água, energia e gás	6	11	10
Aluguéis	51	102	114
Comunicações	5	15	18
Processamento de dados	118	208	297
Despesas do Sistema Financeiro	27	37	22
Despesas Serviços de Terceiros	15	22	19
Despesas de Transporte	0	0	4
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	374	701	444
Despesas de Depreciação e Amortização	1	3	20
Outras Despesas Administrativas	28	43	26

14. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo a composição das despesas tributárias:

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2023</u>
Despesas Tributárias	<u>73</u>	<u>134</u>	<u>125</u>
Tributos e Taxas	0	0	0
PIS	63	115	17
Cofins	10	19	108

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

Os riscos sobre os quais a atividade econômica da Multicred SCD está sujeita são gerenciados pela empresa com base em políticas (devidamente formalizadas), que visam salvaguardar a continuidade da atividade e os interesses dos stakeholders (Acionistas, Colaboradores, Clientes, Governo, Sociedade, Parceiros Comerciais etc.). Destacam-se como riscos inerentes à atividade:

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental e climática, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais e climáticas na esfera de influência

da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O componente organizacional da ouvidoria encontra-se com sua formulação concluída e sua estrutura atende as disposições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

16. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 221,57% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no findo de dezembro de 2023 em R\$ 8.404.603,01.

17. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.



A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais.

Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024.

18. IMPACTO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se um aumento total de R\$ 49.900,02 no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa.

ATIVO	VALOR AJUSTE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	% PL
Operações de Crédito	R\$ 49.900,02	R\$ 8.414.071,53	0,59%

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre exercício findo em 31/12/2024 foi autorizada pela Administração da MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 14 de março de 2025.

PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA
REGIS:32975120591

Assinado de forma digital por
PAULO FERNANDO DE
OLIVEIRA REGIS:32975120591
Dados: 2025.03.31 19:21:48
-03'00'

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2025.

VICENTE
MICHELON:2
6690608034

Assinado de
forma digital por
VICENTE
MICHELON:26690
608034

Vicente Michelon
CRCRS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626